

2013

**PLANO
GERAL
DE ATUAÇÃO**

Florianópolis

2013

MPSC
MINISTÉRIO PÚBLICO
Santa Catarina

ELABORAÇÃO

Procuradoria-Geral de Justiça, assessorada pelos Centros de Apoio Operacional e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, com a participação dos Procuradores e Promotores de Justiça e do Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais.

(48) 3229.9001 | pgj@mp.sc.gov.br | www.mp.sc.gov.br | www.youtube.com.br/ministeriopublicosc

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Coordenadoria de Comunicação Social
(48) 3229.9011 | comso@mp.sc.gov.br

REVISÃO GRAMATICAL

Tatiana Wippel Raimundo

IMPRESSÃO

Alpha Print
Tiragem: 600 exemplares

FOTOS

Thinkstock

Santa Catarina. Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça.
S222 Plano Geral de Atuação 2013. - Florianópolis: Procuradoria-Geral
de Justiça, 2013.
56 p.

1. Ministério Público – Planejamento - Santa Catarina - 2013.
I. Título.

CDDir 341.413

Catálogo: Solange Margarida José (CRB 14/122)

SUMÁRIO

I APRESENTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA	4
II MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	6
III PRIORIDADES INSTITUCIONAIS PARA 2013	8
IV INICIATIVAS ESTRATÉGICAS POR CENTRO DE APOIO OPERACIONAL	12
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E TERCEIRO SETOR.....	13
1 Acessibilidade Total	13
2 Prevenção ao Uso de Droga e Garantia de Atenção ao Usuário.....	15
3 Melhor Idade.....	17
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONSUMIDOR.....	20
1 Alimento Sem Risco.....	20
2 Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal.....	22
3. Aló Direito	23
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	25
1 Efetividade de Decisões em ADIs Propostas pelo MPSC.....	25
2 Publicidade e Transparência Administrativa	26
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL.....	28
1 Reestruturação do Controle Externo	28
2 Controle da Execução Penal	29
3 Combate à Lavagem de Dinheiro Proveniente do Narcotráfico.....	31
4 Prioridade na Análise dos Inquéritos Policiais sobre Homicídio.....	32
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	34
1 Saúde Mental Infantojuvenil.....	34
2 APOIA.....	35
3 Fortalecimento do Sistema Socioeducativo Catarinense	36
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE	38
1 Lixo Nosso de Cada Dia.....	38
2 Saneamento Básico.....	40
3 Defesa da Flora e da Fauna	41
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA	43
1 LIMPE	43
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM TRIBUTÁRIA	46
1 Saúde Fiscal dos Municípios.....	46
2 União contra a Sonegação	48
3 Combate à Sonegação Fiscal	50
COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	51



APRESENTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

I

A busca da consolidação de um Estado democrático, focado na ampliação do acesso a direitos para todos os cidadãos, com destaque para áreas consideradas prioritárias, como, educação, saúde, meio ambiente, moralidade administrativa e criminalidade, indicam o cenário político-social onde a instituição do Ministério Público deve atuar.

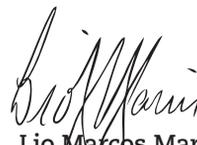
Paralelo às demandas prioritárias, crescem as iniciativas de proteção à criança e ao adolescente, ao idoso, acompanhadas da preocupação com a inclusão social de todos os cidadãos, independentemente da condição física, mental ou econômica.

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina, por sua vez, vem atuando de forma coordenada, participativa e vinculada a um processo estratégico de planejamento, que contempla a opinião de membros, servidores, *stakeholders* e sociedade, que, através de pesquisa de opinião, evidenciou sua percepção sobre a instituição.

Na estruturação do Plano Geral de Atuação - PGA 2013, foram realizados 6 (seis) encontros regionais, visando a identificar uma prioridade estadual, além de prioridades por área de atuação.

A expectativa é de que, em razão da efetiva participação dos membros do Ministério Público, responsáveis pela implementação das ações definidas, um novo ciclo de resultados social aconteça, à medida que se dê o cumprimento das atividades previstas no PGA, que serão monitoradas através de indicadores de desempenho, com ênfase no uso de tecnologia *Bussiness Intelligence* – B.I.

O presente plano consolida resultados da participação de muitos agentes, que imprimiram suas aspirações, percepções e ideias para uma sociedade mais justa, perfeita e fraterna.



Lio Marcos Marin
Procurador-Geral de Justiça



**MISSÃO, VISÃO E
VALORES**



MISSÃO

Promover a efetivação dos direitos da sociedade, visando fortalecer a democracia, a cidadania e o desenvolvimento sustentável.

VISÃO

Ser uma instituição próxima ao cidadão, que produza resultados úteis na defesa da democracia, na promoção da justiça e na proteção dos direitos fundamentais.

VALORES

Ética

Efetividade

Independência

Justiça

Transparência



PRIORIDADES INSTITUCIONAIS PARA 2013



“
**As estratégias são
criadas com diálogo,
juntando mentes
inteligentes que
conseguirão chegar a
uma solução.**”

Prof. Yves Doz

Na forma como determina o Ato n. 462/2012/PGJ, o Plano Geral de Atuação é documento que visa a orientar o exercício das funções dos órgãos de execução do Ministério Público, com vigência anual, elaborado por iniciativa e sob a condução do Procurador-Geral de Justiça, com a participação das Procuradorias de Justiça, Coordenadorias de Recursos, Promotorias de Justiça e Centros de Apoio Operacional.

O Plano Geral de Atuação 2013 contempla a execução prioritária dos programas e projetos definidos no Planejamento Estratégico realizado pela instituição, sendo ouvidos na definição das prioridades os membros do Ministério Público e o Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais.

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina, ao estruturar o seu Plano Geral de Atuação - PGA 2013, procurou através do diálogo eleger prioridades de curto prazo, a partir da matriz estratégica de juntar conhecimentos e perspectivas que antes não existiam juntas para gerar o desempenho coletivo da instituição.

Foram realizados 6 (seis) encontros regionais no Estado, com a participação voluntária dos membros, que possibilitaram uma ampla discussão sobre os programas e projetos apresentados.

O resultado desses encontros permitiu o ajuste e a expansão das ações estratégicas inicialmente apresentadas, tornando o produto final deste documento um compromisso da instituição com a sociedade catarinense.

O PGA 2013 do Ministério Público de Santa Catarina destaca 1 (uma) prioridade estadual e 8 (oito) tematizadas, conforme é detalhado a seguir.

PRIORIDADE ESTADUAL
SANEAMENTO BÁSICO

PRIORIDADES VINCULADAS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE IMPACTO SOCIAL E AOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL	
DIREITOS HUMANOS E TERCEIRO SETOR	MELHOR IDADE
CONSUMIDOR	ALIMENTO SEM RISCO
CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE	EFETIVIDADE DE DECISÕES EM ADIs PROPOSTAS PELO MPSC
CRIMINAL	REESTRUTURAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO

PRIORIDADES VINCULADAS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE IMPACTO SOCIAL E AOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL	
INFÂNCIA E JUVENTUDE	SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL
MEIO AMBIENTE	SANEAMENTO BÁSICO
MORALIDADE ADMINISTRATIVA	LIMPE
ORDEM TRIBUTÁRIA	SAÚDE FISCAL DOS MUNICÍPIOS

O detalhamento das informações referentes às iniciativas estratégicas priorizadas estão destacadas no conteúdo apresentado de cada Centro de Apoio Operacional.



IV

**INICIATIVAS
ESTRATÉGICAS POR
CENTRO DE APOIO
OPERACIONAL**

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E TERCEIRO SETOR

CDH

Objetivo Estratégico 1:

GARANTIR ACESSO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA EFETIVIDADE

1 Acessibilidade Total

OBJETIVO

Garantir a livre circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mediante a adequação dos espaços públicos e privados de uso coletivo e dos serviços públicos às normas relativas à acessibilidade, suprimindo barreiras e obstáculos arquitetônicos; promover a educação inclusiva.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Realizar diagnóstico de acessibilidade nas Unidades Básicas de Saúde – SUS

Resultado da ação: relatório de diagnóstico com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

Promover a acessibilidade nos estabelecimentos de Unidades Básicas de Saúde – SUS

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

Acompanhar as ações para a garantia da acessibilidade nas Unidades Básicas de Saúde – SUS

Resultado da ação: relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

Realizar diagnóstico de atuação pela acessibilidade nas escolas públicas e privadas do Estado de Santa Catarina

Resultado da ação: relatório de diagnóstico com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

Promover a acessibilidade nas escolas públicas e privadas

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

Acompanhar as ações para a garantia da acessibilidade nas escolas

Resultado da ação: relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

Implementar as estratégias geradas pelo Grupo de Trabalho SC Acessível

Resultado da ação: projetos voltados à garantia da acessibilidade

Responsável: CDH

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- aumentar o número de Unidades Básicas de Saúde adequadas às normas de acessibilidade; e

- aumentar o número de escolas públicas e privadas adequadas às normas de acessibilidade.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Índice de municípios comprometidos em adequar as Unidades Básicas de Saúde às normas de acessibilidade	ND	ND	10%
Índice de escolas públicas e privadas comprometidas em se adequar às normas de acessibilidade	ND	ND	10%

ND - Não Disponível

2 Prevenção ao Uso de Droga e Garantia de Atenção ao Usuário

OBJETIVO

Promover a implantação e fiscalizar a execução de políticas públicas com vistas à prevenção do uso de drogas, à conscientização, ao tratamento e à reinserção social de usuários e dependentes.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas usuárias ou dependentes de droga e instituições de atendimento.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Fomentar a adequação das comunidades terapêuticas e estabelecimentos de saúde que promovam o tratamento de transtornos decorrentes do uso de drogas

Resultado da ação: relatório de diagnóstico das entidades fiscalizadas com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

Promover a adequação das comunidades terapêuticas e estabelecimentos de saúde voltados ao tratamento de transtornos decorrentes do uso de drogas

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

Acompanhar as ações implementadas para adequação das instituições fiscalizadas

Resultado da ação: relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

Realizar diagnóstico visando a identificar nos municípios catarinenses a existência e a efetiva atuação dos Conselhos Municipais Antidrogas

Resultado da ação: relatório de diagnóstico com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

Promover a criação e a efetiva atuação dos Conselhos Municipais Antidrogas

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

Acompanhar as ações para a criação de Conselhos Municipais Antidrogas e para a sua efetiva atuação

Resultado da ação: relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- aumentar o número de Conselhos Municipais Antidrogas;
- aumentar o número de Conselhos Municipais Antidrogas ativos;

- aumentar o número de comunidades terapêuticas e estabelecimentos de saúde que promovem o tratamento de transtornos decorrentes do uso de droga adequados à legislação;
- aumentar o número de usuários institucionalizados atendidos de acordo com a legislação; e
- diminuir a reincidência.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Índice de comunidades terapêuticas vistoriadas	ND	ND	90%
Índice de municípios catarinenses com Conselhos Municipais Antidrogas	ND	37%	50%
Índice de Conselhos Municipais Antidrogas ativos	ND	55%	65%

ND - Não Disponível

3 Melhor Idade



OBJETIVO

Zelar pela efetivação dos direitos e das garantias previstas no Estatuto do Idoso, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida; fomentar a implantação de instituições de longa permanência para idosos, bem como promover sua adequação às normas de regência, fiscalizando-as de forma permanente.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas idosas e instituições de atendimento.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Realizar vistorias nas Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI

Resultado da ação: relatório de vistoria das entidades fiscalizadas com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

Promover a adequação das Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

Acompanhar as ações implementadas para adequação das instituições fiscalizadas

Resultado da ação: relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

Realizar diagnóstico visando a identificar nos municípios do Estado a existência e a efetiva atuação dos Conselhos do Idoso

Resultado da ação: relatório de diagnóstico com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CDH

Promover a criação e a efetividade dos Conselhos Municipais do Idoso

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

Acompanhar as ações para a criação de Conselhos Municipais do Idoso e a sua efetiva atuação

Resultado da ação: relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CDH

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- aumentar o número de municípios catarinenses com Conselhos Municipais do Idoso;
- aumentar o número de Conselhos Municipais do Idoso ativos;
- aumentar o número de Instituições de Longa Permanência para Idoso –ILPI adequadas à legislação; e
- aumentar o número de idosos institucionalizados atendidos de acordo com a legislação.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Índice de instituições de longa permanência para idoso - ILPI - vistoriadas	ND	ND	90%
Índice de municípios catarinenses com Conselhos Municipais do Idoso	ND	35%	50%
Índice de Conselhos Municipais do Idoso ativos	ND	ND	65%

ND - Não Disponível

Objetivo Estratégico 2:

PROMOVER A PROTEÇÃO DOS DIREITOS COLETIVOS DOS CONSUMIDORES

1 Alimento Sem Risco



OBJETIVO

Reduzir a quantidade de resíduos agrotóxicos, em alimentos *in natura* e processados, a patamares tolerados pela legislação; eliminar a presença de resíduos de agrotóxicos, em alimentos *in natura* e processados, em desacordo com as culturas próprias; evitar a incidência de resíduos de agrotóxicos, cuja comercialização está proibida em Santa Catarina, em alimentos *in natura* ou processados; conscientizar produtores e consumidores para a produção e consumo de alimentos que não acarretem riscos à saúde e à vida humana.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade catarinense e fornecedores de alimento.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Definir o Procedimento Operacional Padrão (POP) de fiscalização da produção e comercialização de alimentos com resíduos de agrotóxicos

Resultado da ação: POP divulgado entre os agentes dos parceiros

Responsável: CCO, condicionado à participação dos parceiros

Ampliar o monitoramento de alimentos *in natura* ou industrializados para identificar resíduos indevidos de agrotóxicos

Resultado da ação: aumento de laudos de análise laboratorial com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CCO, condicionado à participação dos parceiros

Promover o combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça, sob demanda

Acompanhar as ações implementadas em relação aos laudos recebidos

Resultado da ação: relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CCO

Desenvolver material de educação sobre o uso legalmente permitido ou indevido de agrotóxico na produção agrícola e sobre o consumo de alimentos que não ofereçam riscos

Resultado da ação: Cartilhas, pôlderes

Responsável: CCO

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- reduzir o percentual de alimentos contaminados com resíduos agrotóxicos em desconformidade legal, tomando por referência o total de produtos analisados.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Número de amostras de alimentos analisados para aferir a presença de resíduos de agrotóxicos em desconformidade legal	120	120	480

2 Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal

OBJETIVO

Proteger a saúde dos consumidores, coibindo a produção e comercialização de produtos de origem animal que não atendam às normas sanitárias; orientar manipuladores, comerciantes e consumidores para os riscos à saúde no consumo de produtos inadequados e para a necessidade de adequação das estruturas de produção, armazenagem, transporte e comercialização de produtos de acordo com as exigências legais; e ampliar o número de fornecedores certificados pelos órgãos competentes estaduais e federais.

PÚBLICO-ALVO

Consumidor de produtos de origem animal.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Definir o Procedimento Operacional Padrão (POP) de fiscalização de Produtos de Origem Animal (POA)

Resultado da ação: POP/POA divulgado

Responsável: CCO, condicionado à participação dos parceiros

Fomentar e monitorar a fiscalização da comercialização de produtos de origem animal, por órgãos parceiros

Resultado da ação: relatório de fiscalização com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CCO

Promover o direito do consumidor de produtos de origem animal

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça, sob demanda

Acompanhar as ações implementadas em relação aos autos de fiscalizações

Resultado da ação: relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CCO

Elaborar material didático sobre a comercialização e consumo de Produtos de Origem Animal

Resultado da ação: cartilhas, fôlderes

Responsável: CCO

Promover a sensibilização de fornecedores e consumidores sobre a importância do POA

Resultado da ação: distribuição de material didático do POA

Responsável: Promotor de Justiça

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- diminuir o percentual de irregularidades em relação ao número de fiscalizações realizadas; e
- mensurar a quantidade de produtos apreendidos em toneladas, por tipos de irregularidades.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Número de municípios fiscalizados, para aferir a presença de irregularidades	115	93	100

3 Alô Direito

OBJETIVO

Melhorar a qualidade do serviço de telefonia; garantir acesso a informações claras e precisas sobre produtos e serviços prestados

por operadoras de telefonia; e assegurar a reparação coletiva dos danos suportados pelo consumidor.

PÚBLICO-ALVO

Consumidor dos serviços de telefonia.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Realizar diagnóstico para identificar as principais práticas abusivas cometidas pelas operadoras de telefonia no Estado de Santa Catarina

Resultado da ação: relatório de diagnóstico de práticas abusivas com material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça
Responsável: CCO

Promover o direito do consumidor dos serviços de telefonia

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas
Responsável: Promotor de Justiça, sob demanda

Acompanhar as ações relacionadas a práticas abusivas cometidas pelas operadoras de telefonia

Resultado da ação: relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas
Responsável: CCO

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- número de consumidores potencialmente beneficiados, por operadora, pelos processos extrajudiciais e judiciais instaurados.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Índice de ocorrências de irregularidades constatadas em larga escala no serviço de telefonia	ND	ND	Buscar a regularização de 30% das irregularidades em larga escala constatadas

ND - Não Disponível

Objetivo Estratégico 3:

**PROMOVER A DEFESA DA CONSTITUCIONALIDADE EM FACE DE LEIS E
ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS**

**1 Efetividade de Decisões em ADIs
Propostas pelo MPSC**



OBJETIVO

Diagnosticar os casos em que não são adotadas as providências para o cumprimento de decisões proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade cuja iniciativa seja do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, promovendo aquelas necessárias a tal efetividade.

PÚBLICO-ALVO

Órgãos de Execução do Ministério Público de primeiro grau e órgãos públicos em geral.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Resgate do Passivo

Resultado da ação: identificação de todas as decisões proferidas em ações diretas de inconstitucionalidade aforadas pelo MPSC no período de 01/01/2001 a 30/06/2012, com adoção, quando pertinente, das medidas necessárias ao seu cumprimento

Responsável: CECCON

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- aumentar o número de cumprimento de decisões proferidas em ações de inconstitucionalidade promovidas pelo MPSC.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Número de procedimentos instaurados para efetividade das decisões em ADIs com trânsito em julgado	14	63	20

2 Publicidade e Transparência Administrativa

OBJETIVO

Obter a disponibilização pública, preferencialmente em meio eletrônico, do acervo legislativo municipal e estadual vigente.

PÚBLICO-ALVO

Poderes Executivo e Legislativo municipais e estaduais e Órgãos de Execução do Ministério Público de primeiro grau, órgãos públicos e população em geral.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Publicidade e transparência legislativa

Resultado da ação: assegurar a publicação e a disponibilização, preferencialmente por meio eletrônico e em espaço único para cada ente, das leis e atos normativos estaduais e municipais

Responsável: CEGCON

Promover medidas para adequação da transparência eletrônica dos entes cuja publicação de leis e atos normativos sejam insuficientes

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

Acompanhar as medidas de adequação da transparência de leis e atos normativos dos entes

Resultado da ação: avaliação das ações realizadas

Responsável: CEGCON

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- aumentar o número de municípios que publicam leis e atos normativos em meio eletrônico.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Índice de municípios catarinenses que publicam leis e atos normativos em meio eletrônico de forma adequada	ND	ND	10%

ND - Não Disponível

Objetivo Estratégico 4:

QUALIFICAR A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE

1 Reestruturação do Controle Externo



OBJETIVO

Permitir ao Promotor de Justiça o pleno desenvolvimento do exercício do controle externo da atividade policial, buscando uma aproximação entre as instituições para, em conjunto, tornar os procedimentos de investigação policial, cerne do trabalho do Promotor com atribuição no crime, mais eficiente e célere, prevenindo, orientando e fiscalizando eventuais deficiências ou faltas praticadas, com adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais que importem na efetividade dessa função.

PÚBLICO-ALVO

População do Estado de Santa Catarina.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Criação de Promotorias de Justiça Especializadas

Resultado da ação: Promotorias de Justiça especializadas criadas

Responsável: PGJ

Criação do Núcleo Externo da Atividade Policial

Resultado da ação: Núcleo Externo da Atividade Policial criado

Responsável: PGJ

Fiscalizar o exercício da Atividade Policial

Resultado da ação: atividade policial fiscalizada

Responsável: Promotor de Justiça

Elaborar Manual de Rotinas Básicas de Atuação Funcional

Resultado da ação: manual básico de atuação funcional

Responsável: CCR

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- Aumentar o acompanhamento da atividade policial.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Número de fiscalização da atividade policial	51	41	70

2 Controle da Execução Penal

OBJETIVO

Detectar situações de risco e adotar as medidas necessárias quanto ao efetivo cumprimento das penas, bem como combater as atividades ilícitas das organizações criminosas dentro das unidades prisionais e a corrupção dos agentes públicos do sistema carcerário.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas submetidas à imposição de pena e a população catarinense.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Criação e instalação de Centrais de Penas Alternativas

Resultado da ação: Centrais de Penas Alternativas criadas e instaladas

Responsável: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

Fiscalização e acompanhamento das Centrais de Penas Alternativas

Resultado da ação: relatório detalhado das penas e medidas alternativas cumpridas

Responsável: Promotor de Justiça e CCR

Fiscalização das Unidades Prisionais

Resultado da ação: elaboração de relatório e tomada de medidas judiciais e administrativas

Responsável: Promotor de Justiça

Realização de atividades de inteligência

Resultado da ação: realização de relatórios e instrução de procedimentos investigatórios

Responsável: GAECOs

Aproximação e valorização da DINF (Diretoria de Informações da Secretaria de Justiça e Cidadania), como Órgão de Apoio

Resultado da ação: abastecimento dos bancos de dados do Ministério Público

Responsável: CCR

Obtenção de melhorias estruturais nas Unidades Prisionais

Resultado da ação: unidades prisionais adequadas às exigências da LEP

Responsável: Promotores de Justiça

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- aumentar a fiscalização do cumprimento das penas impostas;
- diminuir a reincidência; e

- impedir a atuação de organizações criminosas no interior das unidades prisionais.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Índice de fiscalização do cumprimento das sanções impostas	ND	ND	70%
Índice de reincidência	ND	ND	5%
Número de organizações desmanteladas dentro das unidades prisionais	0	0	1

ND - Não Disponível

3 Combate à Lavagem de Dinheiro Proveniente do Narcotráfico

OBJETIVO

Recuperar ativos ilícitos e o desmantelamento financeiro de organizações criminosas, como forma de combater o tráfico de drogas e, também, o crime de lavagem de dinheiro.

PÚBLICO-ALVO

Organizações criminosas em geral.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Acompanhamento do combate à lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de drogas

Resultado da ação: relatório de atuação do MPSC no combate à lavagem de dinheiro

Responsável: CCR

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- aumentar as ações visando à investigação e ao combate da lavagem de dinheiro;
- reduzir a criminalidade envolvendo o tráfico de drogas; e
- aumentar o valor dos ativos ilícitos recuperados provenientes do tráfico de drogas.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Número de investigações ao combate da lavagem de dinheiro	3	8	10
Índice de criminalidade envolvendo o tráfico de drogas	8%	7%	6%

ND - Não Disponível

4 Prioridade na Análise dos Inquéritos Policiais sobre Homicídio

OBJETIVO

Conclusão dos inquéritos policiais, com uma das seguintes providências: denúncia por homicídio, denúncia por outro crime ou, ainda, não concluídos ou judicializados.

PÚBLICO-ALVO

Delegacias de Polícia.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Fiscalização dos Inquéritos Policiais de homicídios dolosos em trâmite, instaurados até 2008

Resultado da ação: relatório dos Inquéritos Policiais não concluídos em cada comarca

Responsável: Promotor de Justiça

Fiscalização dos Inquéritos Policiais de homicídios dolosos em trâmite, instaurados até 2007

Resultado da ação: relatório dos Inquéritos Policiais não concluídos em cada comarca

Responsável: Promotor de Justiça

Acompanhamento dos Inquéritos Policiais de homicídios dolosos em trâmite, instaurados até 2008

Resultado da ação: relatório dos Inquéritos Policiais concluídos em cada comarca

Responsável: CCR

Acompanhamento dos Inquéritos Policiais de homicídios dolosos em trâmite, instaurados até 2007

Resultado da ação: relatório dos Inquéritos Policiais concluídos em cada comarca

Responsável: CCR

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- aumentar o número de ações penais iniciadas no Tribunal do Júri; e
- atender à meta anual da ENASP.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Número de ações penais iniciadas no tribunal do júri	1094	999	1000
Índice da meta anual da ENASP 2007	ND	78%	100%
Índice da meta anual da ENASP 2008	ND	39%	100%

ND - Não Disponível

Objetivo Estratégico 5:

PROMOVER E DEFENDER OS DIREITOS E AS GARANTIAS INFANTOJUVENIS

1 Saúde Mental Infantojuvenil



OBJETIVO

Incentivar o aperfeiçoamento da estrutura da rede de atendimento em saúde mental infantojuvenil.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes que necessitam de atendimento na área da saúde mental infantojuvenil, bem como seus responsáveis legais.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Diagnosticar a rede de atenção pública à saúde mental infantojuvenil

Resultado da ação: relatório de diagnóstico da quantidade de serviço, capacidade instalada, demanda reprimida e do número de atendimentos nos serviços de saúde

Responsável: CIJ

Fomentar os atendimentos na rede de saúde mental infantojuvenil

Resultado da ação: incremento da quantidade de serviços, capacidade instalada e número de atendimentos na rede de saúde

Responsável: CIJ

Promover o direito à saúde mental infantojuvenil

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- aumentar o número de atendimentos em saúde mental infantojuvenil com demanda reprimida.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Índice de municípios com equipes de saúde mental na atenção básica (centros de saúde)	ND	64%	69%

ND - Não Disponível

2 APOIA

OBJETIVO

Reduzir a evasão e a infrequência escolar; instar o fortalecimento das políticas públicas intersetoriais relacionadas à educação infantojuvenil para prevenir o combate, o abandono e a reprovação escolar, bem como promover a educação de qualidade e o sucesso escolar.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes que necessitam de medidas para garantia do pleno direito à educação, bem como seus responsáveis legais.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Aperfeiçoar o Programa APOIA

Resultado da ação: nova cartilha do Programa APOIA

Responsável: CIJ

Monitorar o Programa APOIA

Resultado da ação: aumentar o índice de retorno à escola

Responsável: CIJ

Promover medidas visando ao retorno de alunos evadidos ou infrequentes

Resultado da ação: procedimentos instaurados para promover o retorno de alunos evadidos ou infrequentes à escola

Responsável: Promotor de Justiça

Acompanhar as ações para a garantia da acessibilidade nas escolas

Resultado da ação: relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CIJ

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- aumentar o retorno à sala de aula de alunos evadidos/ infrequentes.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Índice de retorno à sala de aula de alunos evadidos ou infrequentes	85%	76%	80%

3 Fortalecimento do Sistema Socioeducativo Catarinense

OBJETIVO

Estruturar o sistema socioeducativo catarinense, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo SINASE.

PÚBLICO-ALVO

Adolescentes em conflito com a lei e seus representantes legais.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Diagnosticar o Sistema Socioeducativo Catarinense em meio aberto

Resultado da ação: relatório de diagnóstico das deficiências do Sistema Socioeducativo Catarinense

Responsável: CIJ

Incentivar a ampliação e o fortalecimento do Sistema Socioeducativo Catarinense

Resultado da ação: aumentar a quantidade de serviços, a capacidade instalada e o número de atendimentos em meio aberto

Responsável: CIJ

Promover o fortalecimento do Sistema Socioeducativo Catarinense

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- incrementar o número de programas socioeducativos em meio aberto nas localidades com demanda reprimida.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Índice de municípios com programas socioeducativos em meio aberto	ND	23%	30%

ND - Não Disponível

Objetivo Estratégico 6:

ASSEGURAR A DEFESA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO E RURAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 Lixo Nosso de Cada Dia

OBJETIVO

Promover a recuperação de áreas degradadas, a destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, além de estimular os órgãos de execução a exigir implantação de políticas públicas.

PÚBLICO-ALVO

Administração municipal e população catarinense.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Averiguar a elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Resultado da ação: relatório de avaliação dos municípios e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

Promover medidas para a elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

Avaliar as medidas para a elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Resultado da ação: relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CME

Fomentar a sustentabilidade dos aterros sanitários no Estado de Santa Catarina

Resultado da ação: relatório de diagnóstico sobre a qualidade dos aterros sanitários e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

Promover medidas para a adequação dos aterros sanitários no Estado de Santa Catarina

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

Avaliar as ações para a sustentabilidade dos aterros sanitários no Estado de Santa Catarina

Resultado da ação: relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CME

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- aumentar o número de municípios com Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; e
- aumentar o número de aterros sanitários em condições sustentáveis.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Índice de municípios com Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	ND	7%	34%
Índice de aterros sanitários em condições sustentáveis	ND	81%	90%
Índice de municípios com coleta seletiva de lixo	ND	39%	46%

ND - Não Disponível

2 Saneamento Básico



OBJETIVO

Aumentar o índice de esgotamento sanitário e a eficiência dos sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

PÚBLICO-ALVO

Administração municipal e população catarinense.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Fomentar políticas municipais de esgotamento sanitário

Resultado da ação: relatório de diagnóstico de saneamento dos municípios catarinenses e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

Promover medidas para a efetivação do esgotamento sanitário nos municípios catarinenses

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

Acompanhar a implementação de medidas que visem à melhoria do esgotamento sanitário nos municípios catarinenses

Resultado da ação: relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CME

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- aumentar o número de municípios com planos de saneamento; e

- aumentar o percentual da população beneficiada com sistema de esgoto sanitário.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Índice de municípios com Plano de Saneamento	ND	70%	84%

ND - Não Disponível

3 Defesa da Flora e da Fauna

OBJETIVO

Fomentar a implantação de políticas públicas de proteção à flora e à fauna.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade catarinense.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Fomentar ações à proteção das Unidades de Conservação

Resultado da ação: relatório de diagnóstico sobre as Unidades de Conservação dos municípios catarinenses e material de apoio para atuação das Promotorias de Justiça

Responsável: CME

Promover medidas de proteção e de incentivo à criação de Unidades de Conservação nos municípios catarinenses

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

Acompanhar as medidas de proteção e de incentivo à criação de Unidades de Conservação nos municípios catarinenses

Resultado da ação: relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: CME

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- melhorar a gestão das Unidades de Conservação existentes no Estado; e
- aumentar o número de Unidades de Conservação no Estado.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Índice de Unidades de Conservação no Estado diagnosticadas	ND	ND	100%

ND - Não Disponível

Objetivo Estratégico 7:

COMBATER A CORRUPÇÃO E DEFENDER COM EFICIÊNCIA O PATRIMÔNIO PÚBLICO E A MORALIDADE ADMINISTRATIVA

1 LIMPE



OBJETIVO

Criar métodos direcionados à análise, tramitação e condução dos procedimentos administrativos e judiciais, objetivando uma solução eficiente na tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade catarinense e Promotores de Justiça que atuam na moralidade administrativa.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Diagnóstico qualitativo e quantitativo do passivo de procedimentos extrajudiciais e processos

Resultado da ação: relatório de processos extrajudiciais e judiciais em andamento na área da moralidade administrativa

Responsável: CMA

Quantificação dos recursos públicos a recuperar

Resultado da ação: identificação dos valores a recuperar em processos da moralidade administrativa

Responsável: CMA

Definição de estratégias para recuperar recursos públicos desviados e executar sanções

Resultado da ação: estratégia definida (ações ajuizadas)

Responsável: CMA

Implementar as estratégias definidas pelo Conselho Consultivo do CMA

Resultado da ação: estratégia implementada

Responsável: Promotor de Justiça

Estruturar banco de dados referente ao LIMPE

Resultado da ação: sistema de informações da moralidade administrativa

Responsável: CMA

Detectar e estimular as experiências bem sucedidas na área da moralidade administrativa

Resultado da ação: disseminar a aplicação das experiências bem sucedidas

Responsável: CMA

Identificar padrões de casos recorrentes

Resultado da ação: banco de estratégias

Responsável: CMA

Criar o Cartório-Padrão para tramitação procedimental

Resultado da ação: Cartório-Padrão criado

Responsável: CMA

Aperfeiçoar o banco de dados do CMA disponível na intranet

Resultado da ação: sistema de apoio à moralidade administrativa

Responsável: CMA

Criar canais de comunicação entre órgãos de execução e a área da moralidade administrativa

Resultado da ação: canal de comunicação da moralidade administrativa criado

Responsável: CMA

Criar instrumentos de apoio ao acompanhamento da tramitação processual de ações na área da moralidade administrativa e da tutela do patrimônio público, em primeiro e segundo grau de jurisdição

Resultado da ação: tramitação processual acompanhada

Responsável: CMA

Criar rotinas de acompanhamento da execução das sanções aplicadas

Resultado da ação: banco de dados de condenação e acompanhamento dos recursos públicos recuperados

Responsável: CMA

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- identificar as condenações em moralidade administrativa; e
- identificar o valor dos recursos públicos recuperados.

INDICADOR	2011	2012	2013 META
Índice de qualificação da atuação do MPSC na defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa	ND	ND	100%

ND - Não Disponível

Objetivo Estratégico 8:

**PREVENIR E REPRIMIR A SONEGAÇÃO FISCAL NOS ÂMBITOS ESTADUAL
E MUNICIPAL**

1 Saúde Fiscal dos Municípios



OBJETIVO

Implementar, viabilizar e incentivar a estruturação, a fiscalização e a cobrança dos tributos municipais.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade catarinense e administrações municipais.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Identificar a legislação municipal que institui a cobrança de tributos

Resultado da ação: relatório de diagnóstico sobre a existência de legislação tributária municipal

Responsável: COT

Promover medidas de fomento para a elaboração e publicação de legislação tributária municipal

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

Acompanhar as medidas de fomento para a elaboração e publicação de legislação tributária municipal

Resultado da ação: relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: COT

Identificar a existência de estrutura municipal para efetividade da fiscalização, cobrança e controle da arrecadação dos tributos municipais

Resultado da ação: relatório de diagnóstico sobre a existência de estrutura e pessoal para a fiscalização, cobrança e controle da arrecadação dos tributos municipais

Responsável: COT

Promover medidas de fomento à estruturação municipal para a fiscalização e a cobrança de tributos

Resultado da ação: recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações ajuizadas

Responsável: Promotor de Justiça

Acompanhar as medidas de fomento à estruturação municipal para a fiscalização e a cobrança de tributos

Resultado da ação: relatório de acompanhamento e avaliação das ações realizadas

Responsável: COT

Desenvolver material de educação sobre a importância da cobrança e arrecadação dos tributos municipais

Resultado da ação: cartilhas, pôlderes, material audiovisual

Responsável: COT

Promover a conscientização dos agentes públicos municipais sobre a importância da arrecadação municipal, por meio da cobrança regular de tributos

Resultado da ação: distribuição de cartilhas, fôlderes, material audiovisual

Responsável: COT

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- aumentar o número de municípios com legislação tributária municipal adequada; e
- aumentar o número de municípios com estrutura adequada à fiscalização, à cobrança e ao controle da arrecadação dos tributos municipais.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Índice de municípios com legislação tributária adequada	ND	Em diagnóstico	20%
Índice de municípios com estrutura adequada à fiscalização e cobrança de tributos	ND	Em diagnóstico	20%

ND - Não Disponível

2 União contra a Sonegação

OBJETIVO

Interagir contínua e progressivamente com instituições e órgãos públicos, cujas atividades estejam relacionados à ordem tributária.

PÚBLICO-ALVO

Dirigentes de instituições e órgãos públicos, cujas atividades estejam relacionados à ordem tributária.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Realizar diagnóstico para a implementação e manutenção de termos de cooperação técnica entre Promotorias de Justiça e as Secretarias Municipais da fazenda e Procuradorias-Gerais dos Municípios e demais órgãos

Resultado da ação: relatório de diagnóstico sobre os termos de cooperação técnica

Responsável: COT

Firmar novos termos de cooperação técnica entre Promotorias de Justiça com as Secretarias Municipais da Fazenda e Procuradorias-Gerais dos Municípios e demais órgãos

Resultado da ação: termos de cooperação técnica firmados

Responsável: COT

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- aumentar o número de termos de cooperação técnica firmados e/ou aperfeiçoar os termos existentes entre o Ministério Público e as instituições cujas atividades estejam relacionadas à ordem tributária.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Número de termos de cooperação técnica firmados entre o MPSC e instituições cujas atividades relacionem-se à ordem tributária	7	7	8
Número de termos de cooperação técnica aperfeiçoados entre o MPSC e instituições cujas atividades relacionem-se à ordem tributária	2	2	3

3 Combate à Sonegação Fiscal

OBJETIVO

Buscar a responsabilização criminal dos infratores, intensificando a recuperação dos tributos sonegados.

PÚBLICO-ALVO

Autores e partícipes de crimes contra a ordem tributária.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Implantar a Promotoria de Justiça Regional de combate aos crimes contra a ordem tributária na região da Grande Florianópolis, incluindo as comarcas não abrangidas

Resultado da ação: Promotoria de Justiça Regional da Ordem Tributária da Grande Florianópolis criada

Responsável: Colégio de Procuradores de Justiça

RESULTADO ESPERADO DA INICIATIVA

- Concluir a inserção das comarcas do Estado na Regionalização da Ordem Tributária.

INDICADORES	2011	2012	2013 META
Índice de comarcas inseridas na regionalização da Ordem Tributária	49%	93%	100%

ND - Não Disponível

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Procurador-Geral de Justiça
Lio Marcos Marin

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Antenor Chinato Ribeiro

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
José Galvani Alberton

Secretário-Geral do Ministério Público
Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Assessoria do Procurador-Geral de Justiça
Walkyria Ruicir Danielski
Luciano Trierweiler Naschenweng
Abel Antunes de Mello
Fábio Strecker Schmitt
Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt
Paulo Antonio Locatelli

Colégio de Procuradores de Justiça

Presidente: Lio Marcos Marin
Anselmo Agostinho da Silva
Paulo Antônio Günther
José Galvani Alberton
Robison Westphal
Odil José Cota
Paulo Roberto Speck
Raul Schaefer Filho
Pedro Sérgio Steil
José Eduardo Orofino da Luz Fontes
Humberto Francisco Scharf Vieira
Sérgio Antônio Rizelo
João Fernando Quagliarelli Borrelli
Hercília Regina Lemke
Mário Gemin
Gilberto Callado de Oliveira
Antenor Chinato Ribeiro
Narcísio Geraldino Rodrigues
Jacson Corrêa
Anselmo Jeronimo de Oliveira
Basílio Elias De Caro
Aurino Alves de Souza
Paulo Roberto de Carvalho Roberge
Tycho Brahe Fernandes
Guido Feuser
Plínio Cesar Moreira

Francisco Jose Fabiano
André Carvalho
Gladys Afonso
Paulo Ricardo da Silva
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Lenir Roslindo Piffer
Paulo Cezar Ramos de Oliveira
Ricardo Francisco da Silveira
Gercino Gerson Gomes Neto
Francisco Bissoli Filho
Newton Henrique Trennepohl
Heloísa Crescenti Abdalla Freire
Fábio de Souza Trajano
Norival Acácio Engel
Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes
Ivens José Thives de Carvalho
Walkyria Ruicir Danielski
Alexandre Herculano Abreu
Durval da Silva Amorim
Ernani Guetten de Almeida
Vânio Martins de Faria
Américo Bigaton
Eliana Volcato Nunes
Sandro José Neis
Mário Luiz de Melo-Secretário

Conselho Superior do Ministério Público

Membros Natos

Presidente: Lio Marcos Marin - *Procurador-Geral de Justiça*
Gladys Afonso - *Corregedora-Geral*

Representantes do Colégio de Procuradores

Odil José Cota
Humberto Francisco Scharf Vieira
Jacson Corrêa

Representantes da Primeira Instância

Pedro Sérgio Steil
Narcísio Geraldino Rodrigues
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Gercino Gerson Gomes Neto
Heloísa Crescenti Abdalla Freire
Fábio de Souza Trajano
Américo Bigaton
Sandro José Neis
Secretário: Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Corregedora-Geral do Ministério Público

Gladys Afonso

Subcorregedor-Geral

Newton Henrique Trennepohl
Promotora de Justiça Secretária da Corregedoria-Geral
Thais Cristina Scheffer

Promotores de Justiça Assessores do Corregedor-Geral

Amélia Regina da Silva
Rafael de Moraes Lima
Wilson Paulo Mendonça Neto
Alan Boettger

Coordenadoria de Recursos

Aurino Alves de Souza - *Coordenador-Geral da área criminal*
Fábio de Souza Trajano - *Coordenador-Geral da área cível*

Promotores Assessores do Coordenador de Recursos

Marcelo Gomes Silva
Gustavo Wiggers

Ouvidor

Guido Feuser

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Helen Crystine Corrêa Sanches - *Diretora*

Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor

Caroline Moreira Suzin - *Coordenadora*

Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade

Walkyria Ruicir Danielski - *Coordenadora*
Maury Roberto Viviani - *Coordenador Adjunto*

Centro de Apoio Operacional do Consumidor
Marcelo de Tarso Zanellato - Coordenador

Centro de Apoio Operacional Criminal
Onofre José Carvalho Agostini - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude
Priscilla Linhares Albino - Coordenadora
Marcelo Wegner - Coordenador Adjunto

Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisas
Odil José Cota - Coordenador-Geral
Adalberto Exterkötter - Coordenador de Inteligência e Dados Estruturados
Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin - Coordenador de Contra-Inteligência e Segurança Institucional
Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin - Coordenador do GAECO da Capital
Fabiano David Baldissarelli - Coordenador do GAECO de Chapecó
Assis Marciel Kretzer - Coordenador do GAECO de Joinville
Maurício de Oliveira Medina - Coordenador do GAECO de Criciúma
Joel Furtado Júnior - Coordenador do GAECO de Lages
Jean Michel Forest - Coordenador do GAECO de Itajaí

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente
Júlio Fumo Fernandes - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa
Vera Lúcia Ferreira Copetti - Coordenadora-Geral
Davi do Espírito Santo - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária
Murilo Casemiro Mattos - Coordenador

Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais

Representante do Segundo Grau:
Ivens José Thives de Carvalho

Representantes do Primeiro Grau:

1ª Região - Extremo Oeste	Maycon Robert Hammes
2ª Região - Oeste	Eraldo Antunes
3ª Região - Meio Oeste	Diego Roberto Barbiero
4ª Região - Planalto Serrano	James Faraco Amorim
5ª Região - Alto Vale do Itajaí	Caroline Sartori Velloso
6ª Região - Médio Vale do Itajaí	Leonardo Todeschini
7ª Região - Vale do Rio Itajaí e Tijucas	Ary Capella Neto
8ª Região - Grande Florianópolis	Rui Arno Richter
9ª Região - Planalto Norte	Pedro Roberto Decomain - <i>Presidente</i>
10ª Região - Norte	Cristian Richard Stahelin Oliveira - <i>Secretário</i>
11ª Região - Sul	Janir Luiz Della Giustina
12ª Região - Extremo Sul	Leonardo Felipe Cavalcanti Lucchese

Casa Militar
Cel. Rogério Martins

Coordenadoria-Geral Administrativa
Adauto Viccari Júnior

Coordenadoria de Auditoria e Controle
Fernando Fabro Tomazine

Coordenadoria de Comunicação Social
Sílvia Pinter Pereira

Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Márcio Abelardo Rosa

Gerência de Contabilidade
Nelcy Volpato

Gerência de Finanças
Sérgio Luiz Kraeski

Gerência de Execução Orçamentária
Ivania Maria de Lima

Coordenadoria de Operações Administrativas
Doris Mara Eller Brüggmann

Gerência de Almoxarifado
Luís Antônio Buss

Gerência de Compras
Samuel Wesley Elias

Gerência de Transportes
Mário Roberto Miranda Lacerda

Gerência de Patrimônio
Ângelo Vitor Oliveira

Gerência de Contratos
Sara Souza da Silva Amorim

Coordenadoria de Pagamento de Pessoal
Maria Inês Finger Martins

Coordenadoria de Planejamento
Isabel Cristina Silveira de Sá

Gerência de Informações e Projetos
Luís Morais Neto

Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas
Denis Moreira Cunha

Gerência Operacional de Tramitação e Informação de Processos
Larisse Silva Roman

Coordenadoria de Recursos Humanos

Silvana Maria Pacheco

Gerência de Cadastro e Informações Funcionais

Thiagus Mateus Batista

Gerência de de Atenção à Saúde

Anarrosa Garcia Silveira

Gerência de Desenvolvimento de Pessoas

Emanuella Koerich Zappelini

Gerência de Estágio

Miriam Jacques Schmidt

Gerência de Remuneração Funcional

Liliane Cavalleri Cardoso

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Oldair Zanchi

Gerência de Desenvolvimento

Giorgio Santos Costa Merize

Gerência de Rede e Banco de Dados

Janaina Klettenberg da Silveira

Gerência de Suporte

Rodrigo de Souza Zeferino

Gerência de Processos Jurídicos Digitais

Paulo Cesar Allebrandt

Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura

Fabício Kremer de Souza

Gerência de Manutenção

Rômulo César Carlesso

Gerência de Logística:

Ricardo Alexandre Oliveira

Coordenadoria de Informação Social

Christian Rosa

